

II Encontro anual de
INICIAÇÃO 
CIENTÍFICA DA UNESPAR

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PARANAGUÁ

Amanda Mattozo (PIC, Fundação Araucária)
Unespar/Campus de Paranaguá, nandamattozo@hotmail.com
Danielle Marafon,
Unespar/Campus de Paranaguá, danielle.marafon@unespar.edu.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados obtidos com a pesquisa História e a Memória da Educação Infantil em Paranaguá- Paraná. Fazendo uma retrospectiva histórica da realidade educacional infantil no espaço paranaense, focando a atenção na cidade de Paranaguá. Na produção deste trabalho, adotamos como procedimentos metodológicos a pesquisa documental, utilizando os escassos escritos encontrados no Arquivo Público/ Instituto geográfico de Paranaguá; e a História Oral, dando voz àqueles que fizeram parte do cotidiano dos primeiros jardins de infância do município. Num primeiro momento houve um embasamento teórico com vários autores e pesquisadores da História Cultural, História Oral e Memória. No segundo momento, o histórico da educação infantil em Paranaguá, juntamente com transcrição de entrevistas. Dessa forma a história cultural, nos ancorou na interpretação do passado, contando com a participação dos professores que atuaram nesse período, relatando como era a educação infantil naquela época, apresentando materiais didático/pedagógicos utilizados pelas professoras no surgimento da educação da criança pequena. A história oral nos auxiliou dando voz para esses sujeitos que anonimamente ajudaram a construir uma história e que hoje por meio de sua participação, contribuem com as memórias, onde a mesma tem um papel importante para a aquisição de informações e da reconstrução da história da infância no município de Paranaguá.

METODOLOGIA

O século XX marcou uma renovação na historiografia brasileira, fazendo emergir e se consolidar um interesse por novas abordagens levando o historiador a expandir o seu campo de atuação. Esta renovação na historiografia recebeu influência significativa da Nova História Cultural, que trouxe à cena discussões não só em relação às novas temáticas, mas também

mudanças no que se refere à noção de documento, tornando evidente a necessidade da preservação dos acervos documentais, conseqüentemente da memória. Esta nova corrente historiográfica chega ao Brasil na década de 1980, momento em que ocorria no mundo uma crise de paradigmas, trazendo para a discussão novas maneiras de se conceber história, contrária à visão que defendia o processo histórico como linear e contínuo. A esse respeito, Pesavento (2005, p.9) expressa que:

[...] a dinâmica social se tornava mais complexa com a entrada em cena de novos grupos, portadores de novas questões e interesses. Os modelos correntes de análise não davam mais conta, diante da diversidade social, das novas modalidades de fazer política, das renovadas surpresas e estratégias da economia mundial e, sobretudo, da aparentemente escapada de determinadas instâncias da realidade – como a cultura, ou os meios de comunicação de massa – aos marcos racionais e de logicidade. Nesta perspectiva, compreendemos que os modelos que apresentavam história como certeza absoluta e negavam todas as práticas humanas como culturais, passam a ser criticados uma vez que seus espaços de atuação ficam restritos para análise da complexa dinâmica social, tão cheia de incertezas e rica de diversidade cultural. Amplia-se, portanto, o conceito de cultural, que passa a não ser mais considerado domínio da elite, mas de todas as práticas humanas. Nesta nova concepção de História, a Nova História Cultural, apenas a natureza não é considerada produção cultural, mas natural.

Nesse contexto, resolvemos realizar uma investigação sobre a história e memória da educação infantil de Paranaguá. Para revelarmos aspectos dessa realidade de forma mais sistematizada e científica, necessitamos utilizar em nossa pesquisa um método, ou seja, um procedimento metodológico que nos leve a obter as respostas para os objetivos propostos em nossa pesquisa.

Assim, optamos por uma metodologia fundamentada em um referencial teórico que nos ajudará a formular as nossas interpretações sobre o mundo da infância. Escolhemos a Nova História Cultural por se aproximar mais da nossa proposta metodológica de trabalho, permitindo que os sujeitos pesquisados rememorassem às suas trajetórias profissionais e experiências de vida do período em que eram professores nos jardins de infância em Paranaguá.

Vale salientar ainda que a Nova História surgiu como oposição à História Positivista, caracterizada como tradicional e essencialmente política, ou seja, aquela que se preocupava somente em narrar os acontecimentos da história dita “oficial”. Para Castelo Branco (2001, p.48), esta é uma nova maneira de olhar a história. A cerca dessa questão, ele afirma que: [...] se antes a história preocupou-se com o que os grandes homens fazem (positivismo), ou com o que todos os homens fazem (marxismo), a Nova História incorporou à análise historiográfica o que todos os homens fazem e sentem.

De acordo com Burke a Nova História é: [...] a história associada à *École des Annales*, agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisationis*. [...] A história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional. [...] O que era considerado

imutável é agora encarado como uma “construção cultural” sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço. (1992, p.9, 10,11)

Portanto, a Nova História Cultural, traz a síntese de todas as histórias, fazendo referência a todas as atividades humanas. Leva em conta a opinião de pessoas comuns, uma vez que defende a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída por todos os homens que fazem parte da sociedade.

Constatamos, portanto, a partir das ideias de Burke (1992), que o pesquisador ao trilhar o seu caminho, terá um leque de novas abordagens que irão ajudá-lo nas reflexões em busca de respostas no seu processo de historiar.

Começamos o nosso trabalho investigativo com uma pesquisa bibliográfica, no instituto histórico/ geográfico de Paranaguá, selecionando referências no primeiro momento sobre a infância e primeiras experiências escolares no município, depois estudo e pesquisa sobre a História Oral, História e Memória, Nova História Cultural e História da Educação.

As leituras a serem realizadas seguirão metodologicamente as orientações de Severino (2002) que sugere para o aprofundamento do estudo científico a leitura analítica. Abordamos os textos através dessa leitura, visando à compreensão do objeto a ser pesquisado.

Buscamos outras fontes documentais quer escrita, oral e iconográfica. Sabendo que, para captarmos as informações contidas nos documentos, era necessário utilizar técnicas que nos ajudem na interpretação das fontes. Procuraremos, então, seguir as orientações de Burke (1992), o qual refere que os historiadores devem interpretar o que está nas entrelinhas dos documentos. Nesse sentido tivemos que ter uma postura cuidadosa em relação aos documentos pesquisados, isto é, analisando-os a partir do contexto em que cada um foi construído, verificando quais as intenções que os mesmos queriam repassar e quais os silêncios implícitos propagados em cada página. Nossa reflexão histórica foi baseada em Le Goff (2000, p.104), que enfatiza: “A sua única habilidade (do historiador) consiste em extrair dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada”.

O historiador no seu ofício de historiar deve ter a clareza de que, como as renovações que ocorreram na metodologia histórica, pode se fazer a história com documentos escritos, mas também com a utilização de outras fontes. Para Le Goff (2003, p.107), apud Febvre (1949) “a história fez-se, sem dúvida, com documentos escritos. Quando há. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem”.

Buscamos dar significado à voz daqueles que participaram da educação infantil. Assim, lançamos mão do recurso metodológico da História Oral, que para Thompson (1992, p.22): [...] pode-se certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciou a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.

Portanto, a documentação não oficial através da análise das falas dos sujeitos, protagonistas da educação nesse período, é uma oportunidade de dar voz e valorizar suas experiências e vivências. De acordo com Bom Meihy (1996, p.15):

A história oral é uma alternativa à história oficial, consagrada por expressar interpretações feitas, quase sempre, com o auxílio da documentação escrita e cartorial. A não ser para provar o óbvio, não seria cabível a coleta dos depoimentos em que se poderia ter os mesmos resultados obtidos com base em documentos escritos. Porque a história oral tem comprometer éticos e exige retorno ao depoente, sempre que houver uma entrevista ela deve responder a sua utilização.

Utilizamos nas entrevistas questionários não totalmente estruturadas, onde não há imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista.

Entretanto, para fazer um trabalho de história oral, não basta alguém munido de gravador e filmadora e a existência de um ou mais depoentes dispostos a dar entrevistas. É preciso um projeto que guie as escolhas, especifique as condutas e qualifique os procedimentos do começo ao fim (MEIHY, 2005:173).

Este programa de história oral tem como uma de suas características essenciais a opção pela história oral temática, ou seja: A história oral temática se compromete com o esclarecimento ou a opinião do entrevistador sobre algum evento definido. A objetividade, portanto é direta.

A hipótese de trabalho nesse ramo da história oral é testada com insistência e o recorte do tema deve ficar de tal maneira explícito que conste das perguntas a ser feita ao colaborador. (MEIHY, 2005:162). Apesar de nem sempre ocorrer a análise das fontes orais produzidas pelo projeto, o que faz parte das etapas de realização da história oral, conforme Meihy, “1. Elaboração do projeto; 2. gravação; 3. confecção do documento escrito; 4. Eventual análise; e devolução do produto” (MEIHY, 2005:107), cremos que o trabalho metodológico com as fontes orais não torna-se menos meticuloso, na medida em que uma série de outras etapas são postas em prática, tais como: a elaboração do projeto e o desenvolvimento dos roteiros de entrevistas (feitos a partir de um planejamento), a captação dos depoimentos, o arquivamento, o trabalho de transcrição, a autorização dos colaboradores. Dessa maneira, projetos de história oral que têm por foco uma instituição e que são desenvolvidas pelos seus historiadores “oficiais” podem levar à sedução do “Tornar-se senhores da memória e do esquecimento” (LE GOFF, 2003:422).

Outro ponto delicado, e que advém do acima exposto, habita justamente na tentativa de se obter a direção da memória com a finalidade de se evitar tensões e cisões acerca do passado que seriam difíceis de controlar, desta forma “o controle da memória se estende aqui à escolha de testemunhas autorizadas, ele é efetuado nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de “historiadores da casa” (POLLAK, 1989:10)”.

Por outro lado, quando tomados determinados cuidados metodológicos, pode-se chegar a um produto extremamente válido no âmbito historiográfico. Conforme as palavras de Janotti e Rosa:

Quanto à história oral de instituições, atualmente objeto de vários estudos, apresenta maiores possibilidades analíticas, desde que não privilegie apenas depoentes e mesmos estratos funcionais, recolhendo também as vozes daqueles que não mais fazem parte dos seus quadros. (JANOTTI & ROSA, 1993:15).

Não se pode perder de vista a observação de Certeau acerca do lugar social do historiador o qual “torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado” (CERTEAU, 2006:76-77).

RESULTADOS/DISCUSSÕES

Realizamos uma reconstituição da historiografia e da memória da Educação Infantil em Paranaguá, a fim de compreendermos os percursos e rumos tomados no contexto educacional infantil, em especial, aspectos da expansão das escolas infantis, da formação docente, as práticas pedagógicas, bem como analisar as memórias daqueles que ofereciam a educação infantil.

O arquivo de lembranças dos professores corroborou com a afirmação de Halbwachs (1990), de que a memória é coletiva, seletiva e um fenômeno social, que propicia redescoberta de costumes e hábitos. Nesta perspectiva é significativo, para reconstituição da história e memória da educação infantil em Paranaguá, consideramos o que defende Halbwachs (1990, p.143), sobre a relação do espaço com a memória coletiva, ou seja, “[...] não há memória que não se desenvolva num quadro espacial”. A escola é, portanto, um espaço que possibilita essa construção proporcionando o compartilhar de valores e significados. Ainda, na visão do autor, o nosso espaço é aquele que:

[...] ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar pra que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 1990, p.143).

Partindo dos depoimentos dos sujeitos investigados, é oportuno salientar que a história da educação infantil em Paranaguá é de grande relevância para a formação pedagógica dos professores.

Pudemos reconstituir a história da educação de Paranaguá, sendo que os jesuítas chegam ao Brasil em 1549, fundando várias missões ao longo de todo o território. Sendo que no litoral do Paraná:

No século XVII, fundaram os jesuítas portugueses uma Casa de Missão em Superagui (litoral norte da baía de Paranaguá), donde passaram a partir

catequistas até a região de Laguna. Os jesuítas conseguiram estabelecer-se em Paranaguá [...]. (WACHOWICZ, 2001, p. 15)

Onde “[...] foi edificado em 1741 o Colégio dos Jesuítas. Foi o seu Colégio mantido até 1759, quando se deu a expulsão dos jesuítas” (NEGRÃO, 1935, p. 95). No local do antigo Colégio hoje funciona o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR. O período de atividades do Colégio dos Jesuítas em Paranaguá durou pouco tempo devido à expulsão de seus professores jesuítas.

Após a expulsão, e também da inexistência de professores no Colégio, é enviado então uma carta à rainha solicitando um professor régio de primeiras letras. José Bernardo da Silva é aprovado como professor régio de Gramática, exercendo sua função até 1788. Seus substitutos não permaneciam por muito tempo, devido aos atrasos no pagamento. De 1808 a 1815 quem assume as atividades de instrução é o professor Pe. Antonio da Silva Neves, que deixou o cargo por atrasos no pagamento.

Em 1831, o local era mantido como escola de ensino primário pelo Tenente Francisco Felix da Silva, sendo então:

(...) uma Escola particular onde se ministrava o ensino primário a 48 alunos, sendo destes duas meninas: em 14 de Outubro de 1835, essa escola tinha uma frequência de 39 *alumnos* e 19 *alummas*, segundo informações da *Camara em officio* ao Presidente da Província. (NEGRÃO, 1935, p. 105)

Até 1835 não havia escola para meninas em Paranaguá como destaca Negrão (1935). Tais informações possibilitam uma análise acerca das questões de gênero, denotando assim um caráter de educação sexista, comum para a sociedade naquela época. Em 1849, Madame Jessie James e sua filha dão início às atividades do Colégio de instrução primária para meninas, onde:

As educandas, quer internas ou externas, deverão vir municiadas de dedal, agulheiro, tesoura, cadeira e um pequeno saco para guardar a costura. [...] As alunas externas que tiverem unicamente de aprenderem a música e o piano, para isto será feito contato particular. (SANTOS, 2001, p. 350 - 351)

Para as meninas, ainda que houvesse o estudo particular de música e piano, verifica-se que predominava o ensino da costura, deflagrando o caráter educativo da função social dos indivíduos, onde “[...] a educação consiste em uma socialização metódica da jovem geração” (DURKHEIM, 2013, p. 51). Porém, no mesmo período já existia uma escola onde ambos os sexos eram matriculados, esta escola era mantida pelo pintor Noël Guillet, este “insigne pintor manteve em Paranaguá um bom *collegio* de ambos os sexos” (NEGRÃO, 1935, p. 105).

Parte dos registros encontrados sobre a História da Educação em Paranaguá são presentes nas obras de Antonio Vieira dos Santos, porém, este autor vem a falecer em 1854, deixando então algumas lacunas sobre os fatos ocorridos a partir desta data.

Pretende-se que, a partir da pesquisa realizada, que sejam elaborados artigos, publicados em anais de eventos, para a divulgação dessa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com base nos estudos realizados para a construção desta pesquisa, o estudo sobre a História e Memória da Educação Infantil em Paranaguá exige um aprofundamento maior em relação à história, entendemos que a história é constituída por todos os sujeitos, independente da época, lugar ou posição social.

Tal concepção sobre a História, e o fazer histórico, que é feito por cada sujeito, hoje é comum entre os historiadores. No curso do século XX, sobretudo na França, os historiadores passaram a interpretar a História por outros prismas, indo além das visões positivistas, para visões mais amplas. Esta nova concepção da História originou-se com a Escola dos *Annales*. Fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch no ano de 1929.

Outro fator importante verificado na Nova História Cultural, ou seja, nessa nova forma de conceber a História e a Historiografia refere-se à importância da Memória, da sua função social enquanto possibilidade de reconstrução do passado.

Uma vez que o resgate da memória é feito, num primeiro momento remete o indivíduo a um conjunto de funções psíquicas. Daí a ideia de Le Goff trabalhar a questão das Mentalidades num determinado período histórico, algo não verificado anteriormente, mas que pode dizer muito acerca de uma determinada sociedade e época, como quais eram os seus costumes, os seus valores, etc.

A História das Mentalidades, enquanto uma das novas temáticas analisadas na Nova História Cultural, também está atrelada a um minucioso estudo da micronarrativa, ou seja, o historiador enquanto entrevistador que ouve a narrativa do seu entrevistado e relaciona tais narrativas com o contexto maior, portanto, o contexto da época. Ou seja, a relação estabelecida entre a micro-história com a macro-história. Tal experiência foi vivida durante essa pesquisa. Onde, ao ouvir as professoras entrevistadas, uma miríade de relações era sendo estabelecida com a política, a economia e a sociedade daquela determinada época com base no que já foi estudado sobre o contexto histórico em questão. Mas claro, sem interferir de forma tendenciosa na interpretação dos fatos, pois tal papel não cabe ao historiador.

Por meio desta pesquisa demos voz aos sujeitos, tornando-os narradores da história, aprofundando as questões da história da educação no município de Paranaguá.

Sendo assim, o trabalho de pesquisa exigiu paciência, curiosidade e certa dose de perspicácia. Mas quando se consegue montar as peças do “quebra-cabeça” (as narrativas com o contexto histórico) é muito gratificante.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais: a condição feminina em Teresina na primeira república**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis: Vozes, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KUHLMANN JR, Moysés. A Educação Infantil no Século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, vol. II: século XIX. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 68-77.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. & ROSA, Zita de Paula. **História oral: uma utopia?** In.Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 13, n. 25/26, set.1992/ago.1993.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5 ed. Campinas:Editora Unicamp, 2003.

_____. **História e Memória – II Memória**. Portugal – Lisboa: Lugar da História, 2000.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Tradução de Dora Rocha Flaksman. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.